

SÍNTESE DO PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL



SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

André Carlos Alves de Paula Filho

SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

COORDENAÇÃO GERAL DE TERRITÓRIOS E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Erina Batista Gomes (org.)

Yoshiaki Nogueira Miyazaki (org.)

Rafael Fernandes Carneiro

DEPARTAMENTO DE TERRITÓRIOS PESQUEIROS E ORDENAMENTO

Jocemar Tomasino Mendonça

Ormezita Barbosa de Paulo

Sandy Evelin Rodrigues Lima

Leticia Origi Fischer

Matthews Rocha Mello

Akeme Milena Ferreira Matsunaga

Jeanne Gomes da Silva

DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÕES

Natália Tavares de Azevedo

Mônica de Holanda Cavalcanti

Eliete Paraguassu

Mariana Cristiana Mourão Veiga

Karolina Batista de Souza

Florivaldo Mota Rocha

Maria Eliene Pereira

Nayara dos Santos Moreira

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



Julho/Agosto de 2023

PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

A. Introdução

Hoje, são mais de 1 milhão de pessoas que vivem da pesca artesanal, cumprindo valioso papel de colocar, na mesa das famílias brasileiras, mais de 60% dos pescados consumidos por elas, fator decisivo para a segurança alimentar e nutricional de nosso País, bem como na geração de trabalho e renda. Desse contingente populacional, cerca de 46% situa-se na região Nordeste e 37% no Norte do Brasil, onde boa parte é formada por pessoas negras, pescadores e pescadoras indígenas e quilombolas, homens e mulheres do meio rural e urbano. São esses povos das águas que, historicamente, demandam políticas públicas que respeitem seus modos de vida e fortaleçam seus territórios pesqueiros.

Diante disso, é fundamental uma ação planejada e articulada do Governo Federal. Assim, o Programa Povos da Pesca Artesanal se apresenta como o primeiro Programa construído pelo Estado Brasileiro (Governo Federal), com foco exclusivo nas pescadoras e nos pescadores artesanais. Esse é, de fato, um Programa histórico!

E isso pode ser explicado por um fato importante. Embora tenha existido a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), de 1962 a 1989, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), que foi ligada à Presidência da República, de 2003 a 2009, e depois o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), de 2009 a 2015, nos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), que construíram várias políticas significativas para a pesca artesanal, nunca houve um programa robusto e integrado com foco na pesca artesanal. Ademais, isso pode ser explicado, por um lado, pelo fato de também não ter existido uma instância, no âmbito do governo federal, que tivesse a competência de lidar, prioritariamente, com a pesca artesanal.

E isso acontece agora, com a recriação do MPA, no atual Governo Lula, a partir do Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023, que passou a contar de maneira inédita no escopo deste Ministério com a Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA). Esta instância é fruto da reivindicação e articulação histórica de entidades representativas e movimentos sociais da pesca artesanal, que tem por competência a proposição e acompanhamento de políticas, programas, projetos e ações específicas em defesa e fortalecimento da pesca junto às comunidades e aos territórios pesqueiros.

Por isso, o Programa Povos da Pesca Artesanal é, antes de tudo, um gesto de reparação histórica do Estado brasileiro, de garantia de direitos sociais para as pescadoras e pescadores artesanais. É um programa que almeja incorporar, nas políticas públicas do Estado Brasileiro, as principais

reivindicações das pescadoras e pescadores artesanais numa ação integrada, que buscará, além de construir condições para a superação de bloqueios pertencentes à produção e à comercialização de pescados, garantir direitos sociais, culturais e ambientais e fazer, assim, justiça histórica para esse expressivo e secular segmento social.

B. Objetivo do Programa

O Programa Povos da Pesca Artesanal tem por objetivo articular as ações do MPA, por meio da SNPA, a fim de concretizar políticas públicas em favor das comunidades da pesca artesanal do Brasil. O Programa tem como bases a defesa e a promoção das comunidades pesqueiras artesanais, a gestão participativa e integrada dos recursos e territórios pesqueiros, e a justiça socioambiental. Por meio da participação popular, do respeito à autonomia e à autodeterminação das comunidades pesqueiras, o Programa visa estabelecer uma agenda de ações prioritárias voltadas às comunidades e aos territórios pesqueiros em toda sua diversidade.

C. Diretrizes do Programa

O Programa tem por princípio a defesa e a promoção das pescadoras e pescadores artesanais e dos seus territórios, na intersecção de raça, gênero e classe social, no combate ao racismo, com inclusão socioeconômica, respeitando a pluralidade dos modos de vida pesqueiros artesanais do País, na sua diversidade de autorreconhecimento: jangadeiros, marisqueiras, vazanteiros, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, pescadores indígenas, pescadoras quilombolas e etc.

Por meio do Programa Povos da Pesca Artesanal, o MPA visa articular suas estratégias e instrumentos legais para promover ações, integrando a atuação junto a outros Ministérios e demais órgãos governamentais (não só federais), buscando otimizar os recursos internos (financeiros, por exemplo) e construindo redes de apoio e parcerias (movimentos sociais, entidades de classe, instituições de ensino, pesquisa e/ou extensão, etc.) capazes de gerar processos de implementação dos objetivos e metas do Programa.

D. Cerimônia de Lançamento do Programa

O Programa Povos da Pesca Artesanal será oficialmente lançado durante a realização da 1ª Semana Nacional da Pesca Artesanal, evento organizado pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da

Pesca e Aquicultura (SNPA/MPA), agendado para ocorrer em Brasília/DF, no período de 31 de julho a 04 de agosto.

A 1ª Semana Nacional da Pesca Artesanal é uma iniciativa dedicada a iniciar os instrumentos de participação social da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, são eles: Fórum Nacional da Pesca Artesanal, Grupo de Trabalho sobre os Territórios Pesqueiros, Grupo de Trabalho sobre as Legislações Pesqueiras e Grupo de Trabalho sobre as Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal.

Além de proporcionar o início das atividades desses instrumentos, a 1ª Semana Nacional da Pesca Artesanal tem como objetivo promover a valorização, o fortalecimento, o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio cultural da pesca artesanal no Brasil. Visa, também, debater garantias para conservação dos ecossistemas aquáticos, a melhoria das condições de trabalho e renda e a qualidade de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Assim, como já mencionado, no dia 02 de agosto haverá a cerimônia de lançamento do Programa Povos da Pesca Artesanal que reúne inúmeras entregas da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

Durante a semana, pescadores e pescadoras artesanais, movimentos sociais, pesquisadores, ativistas, organizações governamentais e não governamentais, e a sociedade em geral envolvida com temas relacionados à pesca artesanal, se reunirão para celebrar a pesca artesanal, além de discutir e abordar as questões prioritárias.

E. Ações concretas do Programa que serão anunciadas dia 02.08.2023:

1. Plano de Trabalho para a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal.

Objeto: O Plano Nacional da Pesca Artesanal é uma iniciativa do Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal por que ter por objetivo oferecer as bases para a construção de uma política de Estado multidimensional (extensão, educação, saúde, gênero, territórios, cadeia produtiva, juventude etc.) para a pesca artesanal, para os próximos 10 anos. Com publicação prevista para julho de 2024, construído com ampla participação social, por meio de 8 (nove) conferências regionais e 1 (uma) nacional, o Plano Nacional da Pesca Artesanal será elaborado a partir de diretrizes sólidas para promover a sustentabilidade, inclusão social e o fortalecimento das comunidades pesqueiras em todo o país. Neste momento, apresentaremos o Plano de Trabalho contendo as etapas, as diretrizes que irão orientar a execução do Plano de Trabalho, a metodologia

das conferências regionais e nacional, e equipe de trabalho e o orçamento estimado para cada etapa.

Órgão envolvido: MPA, através da SNPA.

Abrangência: Todo o território nacional.

Finalidade: Estabelecer uma agenda de ação prioritária para as comunidades pesqueiras artesanais principalmente quanto à gestão pesqueira e à cadeia produtiva da pesca artesanal.

Número de pescadores(as) atendidos(as): 1 milhão pescadores e pescadoras artesanais.

Impacto da ação: a) Construir uma política de Estado para a Pesca Artesanal para os próximos 10 anos; b) A feitura de um Plano Nacional da Pesca Artesanal é essencial para garantir que o MPA, entidades representativas e os movimentos sociais da pesca artesanal possam trabalhar juntos com foco em atingir os objetivos e metas estabelecidas; c) Ter Objetivos e Metas, que orientem, com base numa construção coletiva e democrática, as políticas da SNPA e, com isso, do próprio MPA para a Pesca Artesanal; d) Planejar, acompanhar e avaliar as ações do MPA no que diz respeito aos objetivos e metas estabelecidas para a efetivação de políticas públicas para a pesca artesanal; e) Construir ações para mudar [para melhor] a situação atual, a partir de um planejamento democrático.

2. Projeto Santiago: Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil

Objeto: Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPA e o Ministério Público do Trabalho (MPT) que visa promover a melhoria das condições gerais do trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil, por meio da promoção, do desenvolvimento, da aplicação e do intercâmbio de dados, informações, conhecimento, sistemas e tecnologias para fortalecer a atuação das instituições partícipes.

Órgão envolvido: MPT. Procurador Geral do Trabalho - José de Lima Ramos Pereira.

Abrangência: Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Finalidade: Fortalecer a cooperação entre o MPA e MPT por meio do intercâmbio de dados, informações e desenvolvimento, aplicação e monitoramento contínuo de novas tecnologias, com ações gerais e especiais de ambas instituições, visando aprimorar suas atividades finalísticas e aperfeiçoar as condições gerais de trabalho na pesca.

Número de pescadores(as) atendidos(as): A área de abrangência da ação envolve aproximadamente 40.000 (quarenta mil) pescadores e pescadoras artesanais nos 3 estados (RN, PE, RS), com previsão de atender diretamente cerca de 10.000 mil pescadores e pescadoras.

Impacto da ação: a) Fortalecimento da fiscalização: A união entre os órgãos responsáveis pela gestão da pesca e pela defesa dos direitos trabalhistas permitiria uma fiscalização mais efetiva, com ações integradas para garantir o cumprimento das normas trabalhistas e prevenir abusos e exploração no setor.

b) Melhoria das condições de trabalho: Através da cooperação técnica, seriam desenvolvidas ações voltadas para a promoção de boas práticas de trabalho, capacitação dos pescadores em relação a seus direitos e garantias, e implementação de medidas de segurança no ambiente de trabalho.

c) Combate ao trabalho infantil e ao trabalho em condições análogas à escravidão: A parceria entre os ministérios poderia contribuir para a identificação e combate ao trabalho infantil na pesca, bem como para a erradicação de situações de trabalho em condições precárias e análogas à escravidão, protegendo os pescadores e pescadoras dessas práticas abusivas.

d) Desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes: Com a cooperação técnica, seria possível compartilhar informações e experiências, promovendo a troca de conhecimentos entre os órgãos e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a pesca e o trabalho dos pescadores.

3. Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal - PIBIC Jr

Objeto: Convênios entre o MPA e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais com vistas ao envolvimento e à participação de jovens estudantes e pesquisadoras(es), provenientes de comunidades pesqueiras tradicionais desatendidas ou insuficientemente incluídas pelas políticas científicas e, também, educacionais em nosso país, no desenvolvimento de estudos científicos voltados para a pesca artesanal, por meio do fomento de projetos de pesquisa e bolsas de estudos. O programa busca incentivar a pesquisa e o conhecimento científico sobre as práticas pesqueiras tradicionais, suas particularidades socioeconômicas e culturais, bem como a sustentabilidade dos recursos pesqueiros utilizados pelas comunidades pesqueiras artesanais. Além disso, o programa visa fomentar a geração de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais, contribuindo assim para o fortalecimento e valorização dessa importante atividade econômica e cultural no Brasil.

Órgãos envolvidos: O prazo para envio de propostas de convênio foi aberto em maio de 2023. Das propostas enviadas 13 (treze) foram selecionadas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); Fundação Cearense de Apoio ao

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG); Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA); Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba (PB); Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado do Pernambuco (FACEPE); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI); Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN); Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERON); e Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). A SNPA está em fase de conclusão da análise das propostas para assinatura dos convênios.

Abrangência: Nesta primeira fase do Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal, foram 13 (treze) propostas selecionadas, abrangendo os Estados de AC, AL, AM, BA, CE, GO, PA, PB, PE, PI, RN, RO e SE cadastraram suas propostas. Vislumbra-se a ampliação do programa para os demais estados e níveis da educação pública do país.

Finalidade: Fomentar bolsas de estudos voltadas à juventude da pesca artesanal matriculada no ensino médio da rede pública de ensino, e, também, para os que não se encontram nos ambientes formais de ensino. Os professores da rede pública serão estimulados a desenvolver projetos guarda-chuva, com temáticas pertencentes à realidade da pesca artesanal local e selecionarão 4 bolsistas por projeto. Os requisitos de participação serão definidos pelo MPA em diálogo com as FAPs a partir da realidade de cada Estado.

Número de pescadores(as) atendidos(as): 858 jovens da pesca artesanal.

Valor estimado: R\$ 4.032.200,00

Impacto da ação: **a)** Aumento do interesse e engajamento dos estudantes: O programa pode despertar o interesse dos estudantes pelo tema da pesca artesanal, incentivando-os a se envolverem ativamente na pesquisa e no estudo dessa prática. Eles podem se tornar mais conscientes dos desafios enfrentados pelos pescadores artesanais e desenvolver um senso de responsabilidade em relação à preservação dos recursos pesqueiros.

b) Desenvolvimento de habilidades de pesquisa: O programa de bolsas incentivará os alunos a conduzirem pesquisas científicas sobre a pesca artesanal. Eles aprenderão a formular perguntas de pesquisa, coletar e analisar dados, realizar experimentos (se aplicável) e comunicar seus resultados de forma clara e precisa. Essas habilidades de pesquisa serão valiosas para seu futuro acadêmico e profissional.

c) Maior visibilidade da importância da pesca artesanal no contexto local e nacional: Ao se envolverem no programa, os estudantes poderão compartilhar e disseminar a importância socioeconômica e cultural da pesca artesanal. Eles poderão desenvolver uma consciência mais profunda sobre a relevância da pesca artesanal na segurança alimentar, na economia local e na preservação dos ecossistemas, contribuindo para a difusão de

informações relacionadas ao conhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil.

d) Estímulo ao desenvolvimento de carreiras científicas: Ao participar do programa de bolsas de iniciação científica júnior, os estudantes podem despertar o interesse por carreiras relacionadas à pesquisa científica, biologia pesqueira, antropologia, sociologia, gestão ambiental, entre outras áreas afins. O programa pode fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de futuros cientistas e profissionais comprometidos com a pesca artesanal, podendo contribuir para o aumento de recursos humanos nos campos das ciências e carreiras tecnológicas.

e) Diminuição da evasão escolar/valorização da educação: Ao fomentar bolsas de pesquisa de nível médio é possível contribuir para a diminuição da evasão escolar da juventude da pesca artesanal, resultado já alcançado pelo PIBIC Jr. em outras aplicações. O programa também dará margens para as escolas alcançarem os jovens da pesca artesanal que não estão inseridos nos ambientes formais de ensino, visando contribuir com sua formação.

4. Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil

Objeto: ACT entre o MPA e o Ministério da Cultura (MinC) que visa apoiar, divulgar, fomentar e reconhecer a importância das culturas pesqueiras tradicionais, que envolvem conhecimentos transmitidos ao longo de gerações sobre técnicas de pesca, governança, manejo dos recursos naturais e saberes relacionados à preservação do meio ambiente, bem como procissões marítimas, culinárias, danças, cantos, artesanatos, entre outros.

Órgão envolvido: **Ministério da Cultura.** Ministra Margareth Menezes da Purificação

Abrangência: Todo o território nacional.

Finalidade: Estabelecer a cooperação técnica entre o MPA e MinC para a conjugação de esforços na integração das ações, planos, políticas, projetos e programas desenvolvidos, com vistas a promover, divulgar, apoiar, fomentar e preservar as culturas pesqueiras artesanais do Brasil.

Número de pescadores(as) atendidos(as): estima-se atender, diretamente, no mínimo, 40.000 mil pescadores e pescadoras do país, por meio de editais de fomento. Vale salientar que a política construída via este ACT abrangerá toda a classe dos profissionais da pesca, cerca de 830.000 mil pescadores e pescadoras artesanais do país, ao longo dos 4 anos.

Impacto da ação: **a)** Disseminar oportunidades inclusivas de promoção e valorização das manifestações culturais dos Povos da Pesca Artesanal;

b) Possibilitar a elaborar e construção de ações, projetos, planos, programas destinados à promoção, divulgação, apoio, geração de renda e preservação das culturas pesqueiras artesanais do Brasil;

- c) Oportunizar acesso e criar um programa de apoio e fomento, via editais, chamadas públicas, etc., às manifestações culturais da pesca artesanal;
- d) Possibilitar a construção de ações de valorização e apoio à cultura material dos Povos da Pesca Artesanal e aos sujeitos a ela pertencentes;
- e) Possibilitar o desenvolvimento de iniciativas de apoio às ações educacionais/pedagógicas ligadas às escolas, museus, universidades, pesquisas, atividades de extensão, mestres e sábias da pesca, que tenham como alvo a valorização das expressões culturais dos Povos da Pesca Artesanal.

5. Boa Maré

Objeto: ACT entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que visa a inclusão socioproductiva, a segurança alimentar e nutricional, a inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a criação de fomento para a melhoria da qualidade de vida dos povos da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

Órgão envolvido: MDS. Ministro José Wellington Barroso de Araújo Dias

Abrangência: Todo o território nacional.

Finalidade: Promover a inclusão socioeconômica e produtiva, preferencialmente, do público do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) na cadeia produtiva da pesca artesanal, viabilizar o acesso à proteção social integral de pescadores e pescadoras artesanais e de aquicultores que se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade socioeconômica e construir ações voltadas à segurança alimentar.

Número de pescadores(as) atendidos(as): 80.000 mil pescadores e pescadoras nos 4 anos

Impacto da ação: do CadÚnico - 50.000 mil pescadores e pescadoras nos 4 anos.

6. Dos Territórios Pesqueiros Artesanais para a sua mesa

Objeto: ACT entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que visa promover a inclusão produtiva e sanitária, a assistência técnica e extensão, o acesso ao crédito, a qualificação e profissionalização, a educação do campo, a pesquisa e a regularização fundiária e o acesso à terra e ao território para os pescadores e pescadoras artesanais e aquicultores familiares.

Órgão envolvido: MDA. Ministro Luiz Paulo Teixeira.

Abrangência: Todo o território nacional, com foco nas regiões com maior vulnerabilidade social.

Finalidade: Tem por finalidade de beneficiar as comunidades pesqueiras, nas seguintes demandas: linhas de crédito específicas, assistência técnica e extensão pesqueira, considerando os aspectos de gênero, raça e idade; inserção no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF; regularização fundiária; acesso à terra e ao território; promoção da sociobiodiversidade; educação contextualizada.

Número de pescadores(as) atendidos(as): A ação atenderá aproximadamente 100.000 mil pescadores e pescadoras nos próximos 4 anos.

Impacto da ação: Melhoria nas condições socioeconômicas, na qualidade de vida, na autonomia produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais e valorização dos territórios pesqueiros.

7. Pescado Artesanal Abastecendo o País

Objeto: ACT entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que visa promover a inclusão produtiva e sanitária da pesca artesanal, a ampliação da aquisição do pescado artesanal no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a estruturação de projetos para beneficiamento de pescados, a inserção da Pesca Artesanal no Fundo Social da Conab, o apoio a feiras nos territórios, e a Pesca Artesanal como política pública, com seu valor necessário.

Órgão envolvido: CONAB. Presidente João Edegar Pretto.

Abrangência: Todo o território nacional, com foco nas regiões com maior vulnerabilidade social.

Finalidade: Tem por finalidade de beneficiar as comunidades pesqueiras, nas seguintes demandas: inclusão sanitária, elaboração de diretrizes para beneficiamento de pescados; inserção nos programas de segurança e soberania alimentar; promover a inclusão do pescado artesanal no PAA e em outros potenciais canais de comercialização de modo a fortalecer a economia solidária dos territórios pesqueiros e garantir preços justos.

Número de pescadores(as) atendidos(as): Atender 1.000 mil municípios brasileiros e 400.000 mil pescadores e pescadoras artesanais.

Impacto do ACT: Melhoria nas condições socioeconômicas, na qualidade de vida, na autonomia produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais e valorização dos territórios pesqueiros.

Abrangência: Todo o Território Nacional, com foco nas regiões com maior vulnerabilidade social.

F. Ações planejadas/futuras para o Programa

1. **Ordenamento da Lagosta - Plano de Trabalho para a revisão do Plano de Gestão da Lagosta** foi construído pelos dois ministérios (MMA e MPA) e vai ser publicado no site do MPA durante a semana nacional da pesca artesanal.
2. **Ordenamento da Tainha - Criação do Grupo de Trabalho**
3. **Ordenamento do Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*)**
4. **Ordenamento da Piracatinga (*Calophysus macropterus*)**
5. **Ampliação do Projeto "Restaurante Universitário (RU) - Na hora do Pescado Artesanal":** Atender, nos próximos 4 anos, 10.000 mil pescadores e pescadoras artesanais e 100.000 mil estudantes de baixa renda das Universidades Públicas Federais. Investimento: 10 milhões de reais.
6. **Extensão Pesqueira (mulheres, juventude, pescadoras/es quilombolas, pescadoras/es indígenas, pescadores de Unidades de Conservação de Uso Sustentável - Resex, RDS, APAs -, etc.):** Atender, nos próximos 4 anos, 50.000 mil pescadores e pescadoras artesanais. Investimento: 350 milhões de reais.
7. **Saúde nos Territórios Pesqueiros Artesanais (TED - Fiocruz & MPA):** Formar, nos próximos 4 anos, 5.000 mil agentes comunitários de saúde e atender, com isso, 100.000 mil pescadores e pescadoras artesanais. Investimento: 12 milhões de reais.
8. **Petróleo e os Povos da Pesca Artesanal: Combatendo o Racismo Ambiental (TED com Universidades Públicas):** Realizar pesquisa-ação, nos próximos 2 anos, atingindo 50.000 mil pescadores e pescadoras artesanais direta e indiretamente. Investimento: 2 milhões de reais.
9. **Certificação de produtos da pesca artesanal:** Atender, nos próximos 4 anos, 30.000 mil pescadores e pescadoras artesanais. Investimento: 10 milhões de reais.
10. **Ciência das Marés - Cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação:** parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para a construção de políticas públicas voltadas para as comunidades pesqueiras e ampliação do Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal em suas diversas modalidades. Um Protocolo de Intenções está sendo construído com vistas a estabelecer o objeto e as metas da parceria.



**MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO